

FRONTEIRAS ENTRE CAMPO E CIDADE: uma análise do município de Davinópolis (GO)

Diego Emanuel Rodrigues¹

Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). Bolsista Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). E-mail: diegomr41@hotmail.com

Idelvone Mendes Ferreira²

Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). E-mail: idelvoneufg@gmail.com

1 Introdução

O debate a respeito do tema rural/urbano e campo/cidade no Brasil intensificou-se principalmente, após a metade do século XX. Isso deve-se, às permutações ocorridas nesses espaços a partir do avanço do capitalismo no campo, representado pela modernização da agricultura em consonância com a industrialização no espaço urbano, o que resultou em um processo acelerado de urbanização. No entanto, cabe salientar que os processos citados ocorreram de forma diferenciada nas diversas partes do país, entende-se, assim, que existe uma vasta gama de realidades urbanas e rurais.

As múltiplas realidades de campo e cidade nos diversos municípios acabam sendo padronizados pelo Decreto-lei 311 de 1938, em que o principal critério para definição do urbano está na observância se o local é sede do município ou do distrito, enquanto o rural é o que não é cidade ou vila. Dessa forma, o rural é pensado em caráter residual, pois o campo é tudo aquilo que não é urbano. Essa normativa pressupõe ineficiência de características próprias para o campo, sendo este antagônico ao urbano.

Contudo ressaltam que os espaços, sejam rurais ou urbanos, são construídos por hábitos, costumes, crenças, forma de relacionamento e modo de vida das pessoas que os habitam. Portanto, o campo como a cidade são espaços socialmente produzidos e reproduzidos. Desse modo, rural e urbano podem ser vistos pelo aspecto cultural, ou seja, estão impregnados naqueles que o vivenciam, indo muito além de um espaço territorialmente definido.

¹ Graduando do Departamento de Geografia

² Professor Doutor do Departamento de Geografia

2 Objetivos

Este artigo tem por objetivo dialogar com teorias que contemplem o tema rural e urbano, busca-se, ainda, através da realidade do município de Davinópolis (GO), compreender as relações entre o campo e a cidade em um município de pequeno porte.

3 Metodologia

As técnicas de pesquisa foram realizadas em algumas etapas, são elas: a) pesquisa teórica e b) pesquisa documental. A primeira designa o processo de revisão teórica pertinente à temática, buscou-se analisar as teorias que discorrem sobre o campo\cidade e rural\urbano, no intuito de estabelecer uma fundamentação teórica sobre o assunto. Dentre os trabalhos estudados, destacam-se: Abramoway (2000), Carneiro (1998), Lefebvre (1999), Rua (2006) entre outros.

Já a pesquisa documental caracterizou-se pela busca de dados nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como a Secretária de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), com o objetivo de apreender a realidade da área de estudo, foram utilizados documentos referentes aos Censos demográficos, populacionais e agropecuários do município de Davinópolis.

4.1 Algumas proposições sobre campo/cidade e rural/urbano

Costumeiramente, o campo é definido como sinônimo de rural, e cidade é considerado o mesmo que urbano. Para pensar a utilização de tais termos no Brasil, é preciso reportar-se ao processo de formação socioespacial desse território, que ocorreu de forma desigual, o que gerou áreas densamente povoadas em oposição a outras que tiveram povoamento incipiente, demonstrando a complexidade de debater o tema campo/cidade no país. Pode-se dizer que o campo brasileiro até a metade do século XX, se manteve isolado, não tendo maior contato com as áreas citadinas. Realidade que vai alterar-se com o processo de industrialização nas áreas citadinas, combinado com o processo denominado de modernização da agricultura, ambos ocorridos a partir da metade do século XX, reestruturando as funções desses espaços diante do interesse do capital.

A industrialização no Brasil começou a estruturar-se na década de 1930, no período Vargas, no entanto, foi a partir dos anos de 1950, com o governo Juscelino

Kubitschek, que o processo se intensificou. Um fator necessário para efetivação da indústria é haver a disposição contingente populacional para trabalhar nessas incipientes indústrias. Sendo assim, os trabalhadores do campo passaram a ser de interesse para as indústrias localizadas no espaço urbano.

Em consonância com o processo de industrialização nas áreas urbanas, teve-se o processo de modernização da agricultura, que introduziu uma série de inovações tecnológicas para nas áreas campestres. Porém, essa modernização revelou-se conservadora e parcial, preservando a injusta estrutura agrária brasileira, à medida que o acesso ao crédito era viável apenas para os grandes produtores (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Desta forma, as condições de reprodução dos pequenos produtores e trabalhadores rurais acabaram sendo dificultadas. Sendo assim, o êxodo rural se origina do duplo processo de modernização do campo e industrialização da cidade, economizando força de trabalho no primeiro e despendendo-a para o último.

Com a modernização agrícola e industrialização, a urbanização acelera-se no Brasil. A cidade, agora permeada pela indústria assume novas funções diante de sua posição central na vida brasileira. Segundo Mendonça (2005/2006, p. 19), “desde a revolução industrial o termo *urbanização* tem sido analisado em íntima relação com a indústria. Muito embora estes não sejam sinônimos, deve se reconhecer que compreender a relação entre urbanização e a indústria é fundamental para entender a cidade no capitalismo”.

Nessa perspectiva, a partir do processo urbanizador, a cidade passou a ser o local das luzes, fortalecendo o poder político, econômico e social, irradiando seu modo de pensar para as outras localidades, principalmente através do desenvolvimento dos meios de comunicação. Mas, essa hierarquização não se restringiu à cidade-campo, dentro da conjuntura dos espaços urbanos, as cidades assumiram importância político-econômica diferenciada, constituindo uma “hierarquia urbana”. No caso brasileiro, São Paulo assumiu a posição de concentrador de bens e pessoas, a partir do pioneirismo industrial, formando o que Silveira e Santos (2006) denominaram de região concentrada.

Procurando explicitar o desenvolver do processo de industrialização e os desdobramentos desse na realidade social, Lefebvre (1999) analisa a transformação/permutação da cidade a partir da aglomeração industrial. Para isso, o autor faz o retrospecto histórico da edificação da cidade, iniciando pela cidade política, passando pela cidade comercial e chegando à cidade industrial, que é o marco da inflexão do agrário para o urbano. Isso demonstra que o momento antecessor foi marcado pela imensidão de um mundo agrário diante da cidade, que ficava ilhada pelo rural. Cenário que foi revertido a partir da

penetração da indústria na cidade, quando esta ultrapassou sua função de política ou da comercialização das mercadorias, e o urbano passou a ser também espaço da produção.

Tendo em vista a importância alcançada pela indústria na evolução das cidades, e, por conseguinte, sua interferência no campo, cabe indagar quais as causas da indústria ter se instalado no espaço citadino. Segundo Lefebvre (1999) isso se deveu à necessidade essencial para o funcionamento das indústrias de ter proximidade com os recursos energéticos (carvão, água), das matérias-primas e mão de obra. Se a indústria se aproximou das cidades foi para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e da abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço, devido ao grande quantitativo populacional e à ausência de opções para a sobrevivência a não ser o trabalho na indústria.

Com esses pressupostos, Lefebvre (1999) lança a hipótese da urbanização completa da sociedade. De acordo com o autor, essa é uma realidade ainda virtual que indica a tendência da humanidade, a constituição da sociedade urbana. Na verdade, esse processo ocorreu com a implosão-explosão da cidade, ou seja, primeiramente a cidade passou a ser concentradora de pessoas, de coisas, de objetos, de instrumentos e meios de produção, reelaborando as formas de produção espacial, e a explosão indica a expansão do tecido urbano-industrial para o restante da sociedade. Assim, esse momento histórico seria marcado por uma realidade urbana, baseada na mercadoria e no valor de troca.

Sobarzo (2006, p.56) em estudo sobre as ponderações de Lefebvre, observa que o seu conceito de urbano “não nega o rural, nem é sinônimo de cidade”, na verdade ele não se prende especificamente à dicotomia rural/urbano. Esse conceito é mais amplo e revela uma perspectiva do autor em relação a uma realidade social balizada pelo aspecto da mercadoria.

Graziano da Silva (1998), ao estudar as recentes permutações ocorridas no campo brasileiro, constata que nas últimas décadas do século XX, houve a redução da migração campo-cidade com relação a décadas anteriores. No entanto, o autor identificou que cada vez um número maior de pessoas residentes nas áreas campestres está deixando de ter como atividade principal a agricultura, o que significa, que cada vez mais a população rural está dependendo das ocupações citadinas para manter a sua sobrevivência no campo.

[...] Em resumo, o que manteve as pessoas no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias, mas, sim, tanto as ocupações não-agrícolas – pois cerca de 1,5 milhão de pessoas residentes em áreas rurais encontram novos postos de trabalho em ocupações não agrícolas entre 1981 e 1999 – como a ampliação da cobertura da previdência social para as áreas rurais. (SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p. 45).

O êxodo agrícola ainda resiste como reflexo do agravamento da histórica desigualdade no campo, advinda dos desdobramentos da modernização da agricultura. O uso das ocupações não-agrícolas - que caracterizam o êxodo agrícola - constitui uma estratégia de complementação da renda familiar, ou mesmo torna-se a atividade principal que garante a reprodução do grupo familiar no campo, como é o caso do turismo rural, que vem sendo atividade de crescente geração de empregos nas áreas campestres.

Esse crescente número de ocupações não agrícolas no campo, conjuntamente com o número elevado de cargos administrativos que vieram a compor o meio rural e as mudanças nas relações sociais de produção a partir da modernização da agricultura, esse é um argumento que fundamenta a teoria de Graziano da Silva (1998) sobre a urbanização do campo. Este sustenta a ideia de que haveria uma continuidade entre a cidade e o campo, e que o espaço urbano e as práticas urbanas permeadas pela indústria e pela lógica da produção e reprodução do modo de produção capitalista invadem o campo e o urbanizam. Nesse sentido o campo e a cidade continuam como dois espaços, porém ambos urbanizados, sendo diferenciados pelo estágio de urbanização.

No entanto, essa teoria é alvo de críticas por configurar-se economicista e/ou reducionista, ao passo que reduz as práticas culturais e o modo de reprodução da vida dos habitantes do campo ao aspecto agrícola, definindo o rural a partir de números estáticos relativos à produção agrícola e hierarquizando os espaços. Assim, o rural ao passo que se desenvolve, urbaniza-se, isso idealiza o urbano concebido na modernidade, como sendo o espaço das pessoas civilizadas, do pensar, enquanto o rural corresponderia ao incivilizado, ao rústico, primitivo, avesso a inovações e mudanças.

Contrapondo-se a ideia de urbanização do campo, Abramovay (2000) elucida o conceito de desenvolvimento rural, refutando a imagem de rural como o residual do urbano, como é estabelecido pelo Decreto-lei 311 de 1938, que define rural no Brasil a partir daquilo que não é urbano. O autor questiona essa visão de rural como algo intocável, que ao interagir com o espaço urbano torna-se urbanizado, cindido com essa hierarquização dos espaços e horizontalizando essa relação, na medida em que o rural pode, sim, ser visto como espaço propício ao desenvolvimento sem necessariamente se tornar urbano.

[...] Se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário as regiões rurais tiveram a capacidade de preencher funções necessárias ao seus próprios habitantes e também as cidades – mas que estás

próprias não podem produzir – então a noção de *desenvolvimento* poderá ser aplicada ao meio rural. (ABRAMOVAY, 2000, p.3, grifo do autor).

Nesse âmbito, é colocada a possibilidade de se pensar o rural não apenas como agente passivo na relação campo-cidade. Inclusive Abramovay (2000) influenciado pela perspectiva da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), sugere que haja uma classificação que diferencie as regiões rurais e urbanas de acordo com a dinâmica econômica de cada local. Nessa classificação, passariam há existir os municípios rurais, e nestes se encontrariam as cidades, cujo sua dinâmica estaria associada ao meio rural.

Ambas as perspectivas, tanto a de Graziano da Silva (1998), como a de Abramovay (2000), são contribuições inexoráveis para a discussão que tange principalmente as transformações e perspectivas no campo brasileiro. Apesar dos estudos de Graziano da Silva, Grossi e Campanhola (2002) constatarem a presença intensiva do êxodo agrícola, que indica novas configurações ocupacionais para o campo, acredita-se que esse fato isoladamente não configura uma urbanização do campo, como salienta Abramovay (2000). No entanto, são colocados novos desafios para pensá-lo. Por exemplo, pensar a dinâmica da agricultura familiar é de fundamental importância para entender o campo na atualidade, mas segundo as constatações do êxodo agrícola, as perspectivas para a reprodução desse grupo de proprietários rurais vêm sendo comprometidas.

Assim, as teorias supracitadas não fazem ou pouco fazem a distinção entre os termos rural e urbano, de campo e cidade. Na abordagem territorial de Abramovay (2000), o campo e a cidade estão implícitos na denominação de urbano e rural, bem como ocorre na definição oficial utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já Graziano da Silva (1998), não se prende aos aspectos culturais e de modo de vida da população rural; sua teoria está baseada no âmbito das funções econômicas de cada espaço.

Essas concepções não se focaram na avaliação de questões relativas a valores culturais e costumes, sendo esses elementos imprescindíveis para se compreender a relação rural/urbano e as transformações que essa interação projeta sobre o espaço, tanto no urbano como no rural. Nessa perspectiva, a utilização dos termos urbano e rural vem sendo trabalhada fora da delimitação territorial da cidade ou do campo, buscando a subjetividade das relações.

Nesse sentido, Biazzo (2008) distingue a utilização desses termos, referindo-se ao campo e à cidade como sendo a materialidade que é territorialmente reconhecível e mensurável, ou seja, referente ao plano do objetivo e visível. Enquanto o rural e o urbano são

atributos das representações manifestadas através de hábitos, costumes e crenças. O autor expressa essas manifestações por meio da concepção de ruralidades e urbanidades.

A partir dessas considerações, é pertinente destacar as proposições de Carneiro (1998), no qual ela discorre sobre as novas construções da identidade rural. Em sua concepção, o rural não é diluído a partir da disseminação do urbano, mas sim transformado e reconstruído. Nessa dimensão o rural não é concebido enquanto cultura congelada, mas como algo que ao longo do processo capitalista de produção recebe novos elementos, que por sua vez influem na sua dinâmica. No entanto esses elementos não são determinantes, resultando na produção de algo novo nem urbano nem rural. Como salienta Carneiro (1998):

Esse conjunto de reflexões nos leva a pensar a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade. Desse encontro, como observa Rambaud, nasce uma cultura singular que não é nem rural nem urbana, com espaços e tempos sociais distintos de uma e de outra (Rambaud, 1969:32). (CARNEIRO, 1998, p. 62).

Para compreender o rural é necessário entender sua dinâmica que vai além da agricultura; ela está nas relações sociais, na forma de vida, no modo de pensar e agir e construir o espaço geográfico. É preciso conceber o mundo rural dentro do modo de produção capitalista assumindo feições e facetas diferenciadas no tempo e no espaço. Assim como as cidades vêm adquirindo variedades de formas em diferentes regiões desde a sua origem, o espaço campestre também é reestruturado de acordo com os interesses capitalistas assumindo funções necessárias de relevância para o capital.

Nesse sentido, concorda-se com Rua (2006), quando diz que o capitalismo reorganiza o espaço geográfico como solução parcial para suas crises e seus impasses, construindo e reconstruindo uma geografia de acordo com a sua necessidade de produção e reprodução. Para o autor o capitalismo

[...] constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transportes e comunicações, de infra-estruturas e organizações territoriais, o que facilita a acumulação do capital durante uma fase de sua história, apenas para ter de ser destruído e reconfigurado numa fase posterior. (RUA, 2006, p. 96).

No estágio de desenvolvimento do mundo capitalista com essa interação entre os espaços do campo e da cidade, o desafio da delimitação do rural e urbano parece impreciso e de difícil assimilação, mesmo porque ocorre dentro de um processo mais geral e complexo que está em constante transformação, permutando campo e cidade. Nesse aspecto, observa-se a pertinência da noção de espaço híbrido (RUA, 2006) gestado na interação horizontal dos dois espaços. Dessa forma, o rural aparece nas áreas citadinas como o urbano se reproduz em meio ao campo.

4.2 O desafio de pensar o rural e o urbano em município de pequeno porte: uma análise da realidade de Davinópolis (GO)

Neste item elucida a relação cidade/campo a partir da realidade de um pequeno município, cuja sede, segundo os critérios oficiais do IBGE, é considerada espaço urbano, representado territorialmente pela cidade. Nesse sentido, investigou-se a dinâmica espacial do município de Davinópolis (GO), observando suas particularidades, dentre as quais está a estreita relação entre campo/cidade.

O referido município está localizado a Sudeste da Unidade Federativa de Goiás, especificamente na Microrregião Geográfica de Catalão, com uma área de 481.296km² (IBGE-Censo, 2010), limitando-se de Nordeste a Leste com o município de Catalão e a Oeste com o município de Ouidor, sendo estes municípios pertencentes ao Estado de Goiás. Já para a divisa Sul-Sudeste, o rio Paranaíba é a fronteira com o Estado de Minas Gerais (SILVA, 2000). As Coordenadas Geográficas de Davinópolis correspondem a latitude de 18°09'11" Sul e a longitude 47°33'42" Oeste.

A ascendência do nome Davinópolis está associada à origem do município, que resultou do desmembramento de Catalão (GO), recebendo o título de município no dia 14 de novembro do ano de 1963. Segundo Silva (2000) e Melo (2008), o início de sua povoação data de por volta da década de 1950, com a doação de uma área de 10.000m² próxima à confluência do Rio São Marcos com o São Bento, realizada precisamente no ano de 1948 pelo senhor José David de Souza e sua esposa à prefeitura de Catalão, com o objetivo de se construir uma escola rural naquele espaço.

Com a edificação desse centro de ensino começaram a surgir nos arredores algumas residências que foram gradativamente formando o povoado, que inicialmente recebeu a denominação Grupo, tendo como referência o grupo escolar. Posteriormente, houve a construção das pontes dos Rios São Marcos e São Bento, respectivamente em 1950 e 1952,

impulsionando a inserção do incipiente povoado na economia regional, que nesse momento também passou a ser chamado de Barra, devido à sua proximidade da margem do Rio São Bento. Aliás, comumente esse termo, ainda, é utilizado para designar a cidade de Davinópolis.

Passados 47 anos de sua emancipação o município de Davinópolis possui segundo o Censo 2010 (IBGE), uma população de 2.056 habitantes, dispersos por uma área de 481.296km². Nesse sentido, a densidade demográfica do município corresponde a 4,27 habitantes por km² (SEPLAN, 2010). Já no âmbito da distribuição populacional entre campo e cidade, os dados do SEPLAN revelam que desde o ano 1980 o município tem apresentado acréscimo da população no espaço citadino, e perda do contingente populacional do campo. Em 1980 dos 2.450 habitantes, a população rural representava o percentual de 75,4%, enquanto a população urbana detinha 24,6% do total. Três décadas após, no ano de 2010, a população rural do município despencou para o índice de 31,8%, em oposição aos 68,2% de população urbana. A tabela 1 demonstra detalhadamente essas oscilações percentuais.

Tabela 1 - Evolução da população rural, urbana e total (%): município de Davinópolis (GO).

População/ano	1980-1991	1991-2000	2000-2010
População rural	-36,5%	-19,2%	-19,5%
População Urbana	56,8%	58,7%	8,1%
População Total	-13,5%	-0,4%	-2,5%

Fonte: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-GO) - 1980, 1991, 2000, 2010. Org.: Rodrigues (2011).

Quanto a essas variações dos dados das populações rural e urbana, pode-se afirmar que ocorreu certa urbanização no município, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, assim alinhando-se com a tendência geral de urbanização brasileira que tomou impulso nas últimas décadas do século XX. Porém destaca-se no caso davinopolino a menor intensidade deste processo. Tanto é que se averigua também no município o acentuado processo de emigração, atingindo no intervalo de 1980 a 1991 uma taxa de decréscimo da população de 13,5%. Na verdade, o que explica, em maior parte, essa migração inter e intramunicipal (campo para cidade) é a falta de perspectivas do homem do campo de melhorar suas condições de vida. Assim, os jovens buscam essas melhorias de vida na cidade do próprio município ou nas cidades vizinhas que apresentem melhor desenvolvimento econômico. Inclusive, Melo (2008), em estudo sobre as pequenas cidades na Microrregião Geográfica de Catalão, constatou o envelhecimento da população nestes municípios, dentre os quais está Davinópolis. Segundo a autora

[...] o envelhecimento populacional, nas pequenas cidades da microrregião de Catalão, tem relação com a migração de jovens e pessoas economicamente ativas para centros maiores, em função da baixa capacidade de reter essa população. (MELO, 2008, p. 473).

Comparando-se os percentuais de população urbana do município de Davinópolis com as médias estadual, nacional e até mesmo com as dos demais municípios que compõem a microrregião de Catalão, pode constatar que o referido município é a região que apresenta o índice de 68,2% de população urbana. Com base nessa estatística, Davinópolis proporcionalmente é o município com maior índice (38,8%) de pessoas no campo dentro do contexto da microrregião de Catalão. O gráfico 1 elucida tal ideia.

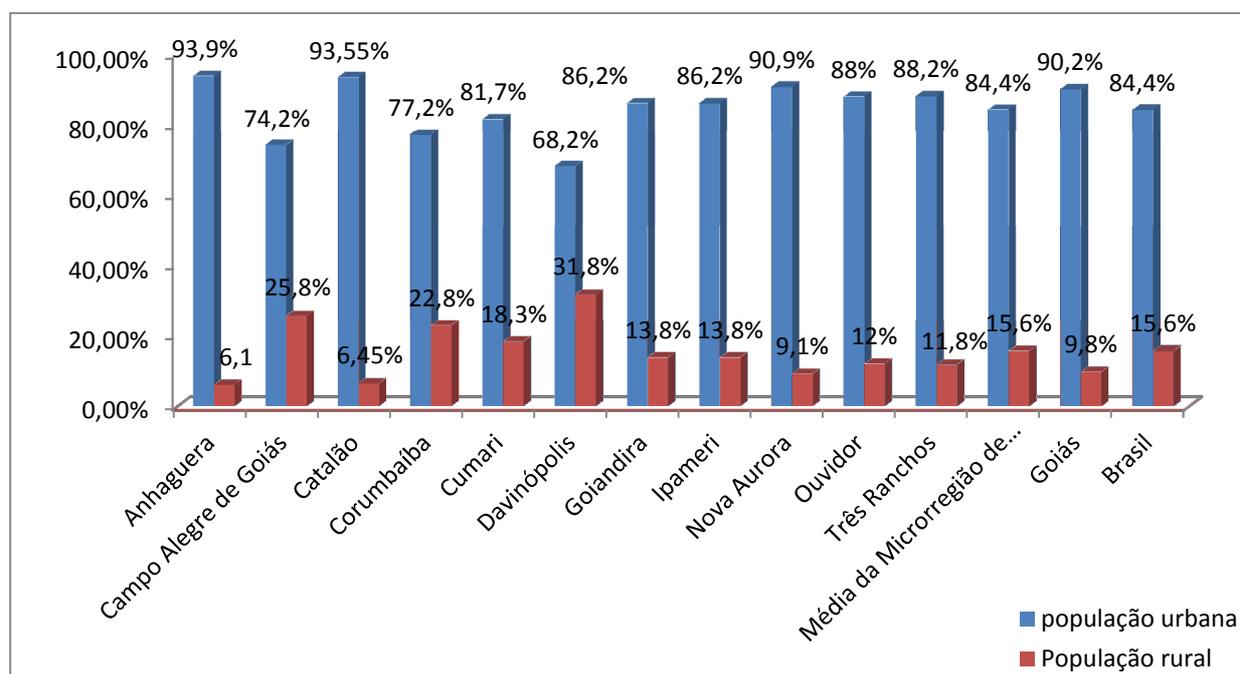


Gráfico 1 - Diferenças entre população urbana e rural em %: Microrregião de Catalão, comparada à média estadual e federal. Fonte: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-GO) - 2010 e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - 2010. Org.: Rodrigues (2011).

Entender as causas que levam Davinópolis a ser comparativamente, em relação aos demais da microrregião, o município com maior equilíbrio entre as populações urbana e rural, perpassa pela compreensão do desenvolvimento dos processos que contribuiriam diretamente para o êxodo rural. São eles: a industrialização e a modernização na agricultura. Quanto a este último, cabe ressaltar a sua menor participação no campo davinopolino em comparação a outros municípios da microrregião de Catalão. Pode-se utilizar o quantitativo de maquinários na região para respaldar essa observação. Segundo o IBGE no ano de 2006, o município de Davinópolis apresentava um número total de 38 tratores, sendo que esses estavam presentes em apenas 14,6% das unidades produtivas registradas nesse mesmo período.

Referente ao processo de industrialização, este apresenta-se incipiente, não havendo no município quantidade significativa de empreendimentos industriais, sendo que Melo (2008, p. 235) registrou, “[...] em 2005, a existência de apenas dois estabelecimentos industriais no município, uma cerâmica (produção de telhas e tijolos), e um laticínio que produz apenas queijo mussarela.”

O município de Davinópolis não apresentou para os grandes capitalistas do agronegócio, bem como para os industriais, as características que interessavam para seu avanço. Podem-se tecer algumas considerações a esse respeito, destacam-se alguns possíveis fatores que restringiram o interesse do grande capital para com essa região. 1) primeiramente como exposto por Silva (2000) e Melo (2008) Davinópolis foi o último município da microrregião de Catalão a se emancipar, ou seja, isso por si só, já demonstra que a sua ocupação foi tardia em relação aos outros municípios da microrregião de catalão, tendo seu território sido formado levando em consideração a influência de outros municípios. 2) Outro ponto crucial é o fator escoamento (ferrovia, estrada e etc.), do qual Davinópolis dentro do contexto regional esta em posição desfavorável com relação a outros municípios do entorno, sendo sua principal via de acesso a rodovia GO-210, que liga Davinópolis a BR-050. 3) Destaca-se também a questão relativa aos aspectos físicos, em especial a questão do relevo, que apresenta-se ondulado, constituindo restrições à mecanização.

Assim, a economia do município é majoritariamente advinda da produção agrícola. De modo geral, a agricultura é baseada em técnicas tradicionais, inclusive observa-se o grande número de estabelecimentos que têm como atividade principal a pecuária extensiva. Isso pode ser constatado quando verifica a quantidade de gado bovino na região por hectare de terra disponível. Com base nos dados do SEPLAN (2006), no município a quantidade de bovino por hectare está na faixa de 1,09ha/animal. Comparando tal número ao dos demais municípios da microrregião de Catalão averigua-se que Davinópolis juntamente com Corumbaíba, está em terceiro lugar em relação aos municípios que apresentam maior área para menor número de animais, conforme pode ser analisado na tabela 2.

Tabela 2 - Relação quantidade de bovino para cada hectare: Microrregião de Catalão (GO) - 2006.

Município	Quantidade de hectare para cada bovino
Anhaguera	1,06

Campo Alegre de Goiás	2,33
Catalão	1,6
Corumbaíba	1,09
Cumari	0,68
Davinópolis	1,09
Goiandira	0,88
Ipameri	1,51
Nova Aurora	0,71
Ouvidor	0,91
Três Ranchos	0,46
Média	1,12

Fonte: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-GO) - 2006. Org.: Rodrigues (2011).

As duas primeiras posições nesse quesito são dos municípios de Campo Alegre de Goiás e de Catalão, respectivamente. Ressalta-se que ambos apresentam características diferenciadas do município davinopolino; primeiramente, a extensão territorial desses municípios é vasta, sendo os maiores em extensão territorial dentre os municípios da microrregião de Catalão. Também é fato que no viés econômico, ambos tiveram consolidado em seu território o processo de modernização da agricultura e/ou industrialização. Nesse sentido, o que se busca ressaltar é que a pecuária apesar de ser fundamental na dinâmica econômica de Davinópolis, ela não é realizada intensivamente.

Para se compreender as causas que levaram essa configuração econômica do campo davinopolino, torna-se necessária a apreensão da organização do seu espaço agrário. Nesse âmbito, Melo (2008) apresenta a configuração fundiária do município, a partir dos registros de propriedades no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 2005. Segundo a autora, 70,67% das propriedades registradas possuíam sua área no intervalo de 0 a 120ha, enquanto 24,8% estão entre 120 a 450ha, e 4,63% apresentam número de ha superior a 450. Esses números apresentados por Melo (2008), não demonstram estrondosas desigualdades fundiárias - apesar de elas existirem - como pode ser percebido em outras regiões. Ademais, a média da unidade produtiva na região está em 130,05ha; dessa forma, nota-se que os agricultores familiares possuem propriedades de tamanho razoável. A análise dos dados permitiu constatar-se que a rentabilidade desses proprietários poderiam ser melhores se os pequenos produtores tivessem ao seu alcance a assistência técnica

especializada. Assim, a atividade pecuária apresenta-se como atividade mais viável para as estas áreas, por causa do pouco despendimento de mão de obra e da adaptabilidade ao relevo.

Tendo isso em vista, enfatiza-se que a produção de gado leiteiro é efetivamente presente na região. De acordo, com a SEPLAN (2009) a produção está no patamar de 8000l/dia. Também como elucidado por MELO (2008), no município nota-se a presença da soja, que em 2010 teve sua produção de 1.120 toneladas, sendo cultivadas em área de 350ha, enquanto a cana de açúcar apareceu em 2010 em uma área de 40ha, tendo produção total de 2.800 toneladas. O SEPIN (2010), no ano de 2010, considerou que houve também a produção de arroz (sequeiro), de mandioca e de milho.

Nesse sentido, entender o campo e a cidade em Davinópolis perpassa por toda essa dinâmica agrária do Município, sendo que a cidade tem como função assegurar à população alguns serviços básicos, como saúde e educação. Quanto ao comércio e à indústria que nela se desenvolvem, estes são relacionados basicamente à satisfação das necessidades sociais e econômicas da região. Dessa forma, os estabelecimentos que se apresentam presentes são mercados, restaurantes, lan house, posto de gasolina, bares e estabelecimentos que vendem produtos agropecuários e de construção. De acordo com a proposição de Melo (2008) percebe-se que

[...] as atividades econômicas realizadas nas cidades de Cumari, Davinópolis, Goiandira, e Nova Aurora são pouco complexas, assim como na maioria das pequenas cidades da área em estudo. São basicamente compostas por um comércio de produtos básicos para o atendimento de necessidades elementares dos residentes urbanos e do entorno rural, pouco especializado; a indústria existente é de pequeno porte, baixo investimento e receita; os serviços são de baixa complexidade, quase que se limitando aos por órgãos e ou vinculados à administração estatal. (MELO, 2008, p. 313-314).

Quanto à questão da administração estatal, percebe-se que na ausência do grande capital, o Estado, representado pela a Prefeitura Municipal, aparece como o importante agente na constituição do espaço urbano davinopolino. Melo (2008) afirma que o estado

[...] tem papel central nas pequenas cidades e nas vidas de seus moradores, pela atuação em políticas de assistência social e de complemento de renda. Há, inclusive, relações de dependência da população local em relação ao poder público. Além desses aspectos, a centralidade do poder público é reforçada pela oferta de emprego, visto que, nessas cidades, os órgãos estaduais e municipais são, em geral, as principais fontes de empregos. (MELO, 2008, p. 479).

Tendo em vista a dinâmica estrutural do campo e cidade, averigua-se que estes espaços são muitos próximos, no sentido que, um complementa o outro, principalmente no

caso da cidade há elevada influência do meio campestre na vida cotidiana. Isso se faz presente através de características tipicamente campestres presentes no meio urbano, como elucidado por Melo (2008), em sua pesquisa de campo na região, como é o caso da tranquilidade e da relação de proximidade entre as pessoas que foram destacadas pelos moradores como principais atributos da cidade. Isso demonstra que a pequena cidade de Davinópolis apresenta características que lhe são próprias. Lembrando-se de Rúa (2006) parece nos apropriado o conceito de hibridez do espaço para compreender o espaço desta cidade.

5 Considerações finais

Este texto buscou elucidar uma fração da diversidade de teorias que discutem a questão do rural e do urbano, destacando a influência dos processos de modernização da agricultura e industrialização. Sendo que estes imbricados contribuíram significativamente para o poder concentrador da cidade, que a partir da industrialização passou a ser o local de concentração de pessoas e objetos, assumindo a posição de lócus da produção e reprodução. No entanto, é preciso compreender que a cidade não é algo padronizado, na verdade quando se pensa em cidades no contexto brasileiro não é possível conceber um modelo pré-definido pela complexidade do tema. E o mesmo se aplica ao rural que não pode ser visto como residual da cidade.

Nesse sentido, destaca-se a complexa trama rural/urbano presente em municípios de pequeno porte. No caso davinopolino, percebe-se que a cidade apresenta incipiência no que tange às características urbano-industriais. Porém, averigua-se que a função econômica do município reside na atividade agrícola, assim, o espaço produzido na cidade dessa região resulta da íntima relação entre campo e cidade. Dessa forma, a partir dessa relação campo/cidade, torna-se difícil percepção entre o limite urbano e rural.

A partir desses pressupostos é possível questionar se realmente há a necessidade da clara delimitação do que é rural e urbano no município. Considera-se, sim, imprescindível, entender essa interdependência entre campo e cidade. Assim é possível perceber o município como um todo. Aliás, observa-se no caso do Município de Davinópolis a tendência à diminuição populacional, como foi explicitado pelos índices de evolução da população. Para pensar o desenvolvimento da região, é necessário entender a sua dinâmica socioeconômica e a fortalecê-la. Nesse âmbito, elucidada a pertinência da ideia de desenvolvimento rural pensada por Abramovay (2000), o qual se propõe a observar o campo como propício ao desenvolvimento econômico e principalmente social. Sendo assim, nessa conjuntura, a cidade

não desapareceria diante do campo, mas, sim, se desenvolver-se-ia de acordo com as necessidades locais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade **no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 31 p.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA-ENGRUP. IV, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 132-150.

CARNEIRO, M. J. Novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75 out. 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas (SP): unicamp/IE:1996. 40 p.

_____; GROSSI, M. D.; CAMPANHOLA, C. O que há de novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v 19, n.1, p. 37-67, jan./dez. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Países@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/>. Acesso em: 25 de maio de 2011.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1999.

MELO, N. A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** uma análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008, 527f. Tese (Doutorado em Geografia e Gestão do Território). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MENDONÇA, M. R. Urbanização e industrialização no Brasil: o exemplo de Goiás. **Espaço em revista**, Catalão, v. 7/8, n. 1, p. 17-31, jan/dez. 2005/2006.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 473 p.

SILVA, B. M. **O lixo urbano em Davinópolis (GO):** uma análise. 35 f. 2000. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Catalão, 2000.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B. WHITAKER, A. M. **Cidade e campo: o e relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão popular, 2006. P. 53-64.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS. **Históricos dos Municípios**. Disponível em: <http://www.seplan.gov.br/sepin/>. Acesso em: 25 de maio de 2011.